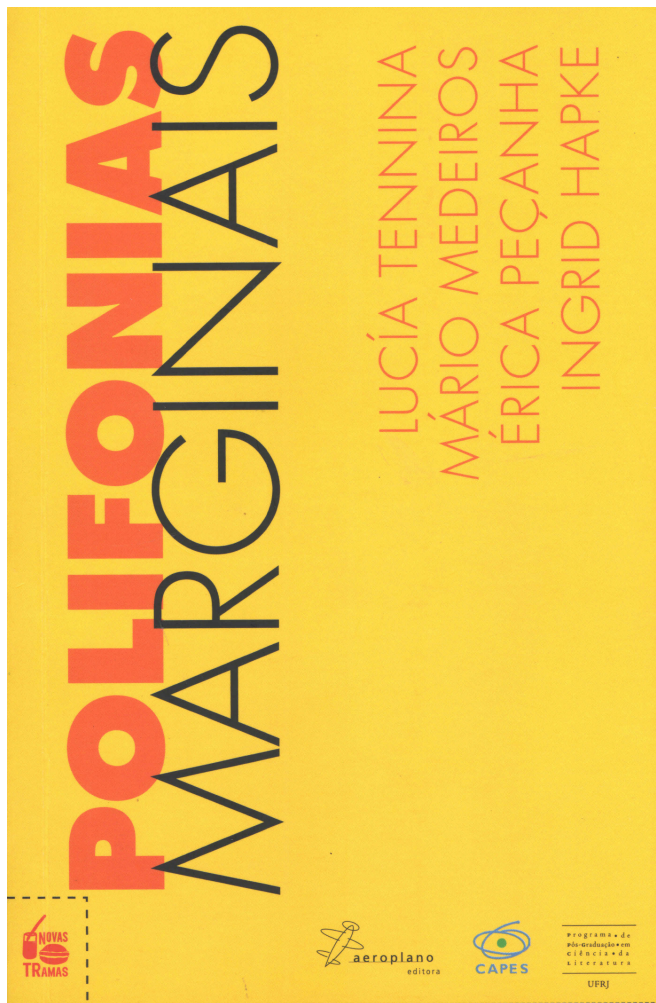


## Margem entrevista

João Camillo Penna\*



Não há consenso a respeito dos nomes, nem do sentido das práticas que estes nomeiam. Na ordem de aparição em cena: literatura negra, literatura marginal, literatura periférica. Há outros, talvez menos abrangentes: literatura suburbana, literatura divergente. Há ainda alguns (muitos) que não concordam com nenhum dos nomes. Esses assinariam: nenhum dos mencionados acima. Desconfie dos nomes. Torquato Neto já dizia: “Toda palavra guarda uma cilada”. Não brigemos por simples palavras, nos aconselham. Mas há uma coisa que une todos esses adjetivos (marginal, negro, periférico etc.), uma experiência comum de exclusão, um dano, uma queixa (no sentido jurídico da palavra), uma ofensa, uma injúria. Injuriados somos. Talvez seja essa a condição atual da reivindicação de identidade(s): o status litigante, a queixa constitutiva, a ofensa que nos faz.

Nenhum acaso, portanto, o caráter litigioso dos nomes, rótulos, marcas.

Ouçam a diferença musical entre um insulto com matiz policial-moral, como: “você é um marginal”, sua variação sociológica: “um marginal” (delinquente, etc.), e a afirmativa: “sou um marginal”, ou melhor ainda, “somos marginais”, que sinaliza a politização do nome. O mesmo com o termo “periferia”. A frase preconceituosa, ligada ao imaginário da segregação urbana brasileira: “ele é da periferia ou ele vem da periferia” *versus* “sou da periferia”. O mesmo para “negro”, palavra de classificação fenotípica, construída pela biologia racista, o próprio significante racista, que deveria vir naturalmente entre aspas. (Lembro-me da tirada do sociólogo norte-americano, Edward Telles, respondendo em entrevista aos céticos a respeito da identidade negra, que reclamam o status da miscigenação generalizada brasileira. Cito a frase de memória: pergunte ao policial, ele sabe quem é negro!). As pequenas variações em cada versão da frase, entre a primeira e a terceira pessoa, a frase descritiva, o artigo indefinido – marca do clichê social – são detalhes em uma operação mais vasta. Um termo injurioso constitui uma sociabilidade negativa; este mesmo termo pode, no entanto, ser abraçado, saudado, afirmado, e utilizado estrategicamente para nomear um coletivo ativo e ativista, militante. O termo é mobilizado pela afirmação localizada, apropria-se de sua herança negativa, inverte o estigma. O preconceito é uma marca objetivante que constitui sujeitos sociais. Trata-

se de uma politização dos nomes. Foucault diria: a sujeição tem como contrapartida a subjetivação; a discriminação encaminha a formação de sujeitos coletivos autonomizados. Apropriar-se dele é inverter o sentido da injúria, é transformar a marca do estigma em marca de circulação de um coletivo. O bonde chamado desejo.

É certo, não há homogeneidade nos nomes, nem nas experiências que estes nomes descrevem. Há divergências, diferenças, por uma razão muito simples: porque todas essas pequenas grandes diferenças horizontais, chamemo-las assim, são sobredeterminadas por uma diferença maior, com relação ao conjunto do que Antônio Candido chamava de sistema literário brasileiro. Um primeiro resultado salutar dessa proliferação de divergências é a multiplicação de sentidos que o conjunto maior “literatura brasileira” não consegue absorver, e que permanece sob a forma de resto não-absorvível, mas aparentemente ameaçador à unidade do conjunto. Um segundo resultado igualmente salutar, ligado ao primeiro, é que o simples fato de que existam essas divergências desnaturaliza o nosso sistema literário, mostrando os seus limites constitutivos e excludentes. Tudo bem, não há sistema sem exclusão. Resta saber se esses excluídos são indesejáveis ao sistema, se assim for o sistema tem culpa no cartório. Os excluídos são o limite que constitui o sistema enquanto unidade hipotética, cheia de má consciência. O sistema literatura brasileira é constitutivamente imunitário; ele se constitui por uma inscrição insistente de temáticas populares com imunização equivalente dos próprios sujeitos populares. Essa é a estória contada pela história da literatura brasileira.

*Polifonias marginais* (o título poderia ser outro: polifonias negras, polifonias periféricas...), o livro que você tem agora entreaberto, contém uma articulação nova entre movimentos culturais e sociais e a pesquisa universitária (as dissertações e teses, os livros que transcrevem essas pesquisas). O material coligido aqui é composto de entrevistas com escritores, poetas, organizadores, ativistas, agentes culturais, que municiaram pesquisas de campo de pesquisadores responsáveis por ampliar o vocabulário da universidade conferindo-lhe uma injeção de relevância. Além disso, é resultado de uma colaboração entre pesquisadores brasileiros e estrangeiros, dois brasileiros, uma alemã e uma argentina. A palavra marginal da periferia, ou melhor dizendo, a apropriação marginal da palavra localizada na periferia de São Paulo, interessa fora do Brasil, quem sabe porque lá fora se constroem circuitos análogos de palavra excluída, em outras imunizações nacionais, e talvez os brasileiros tenham *know how* extra e histórico nessa patologia social tornando-a exportável.

As entrevistas foram aproveitadas nas teses e dissertações dos quatro autores, mas mereciam aparecer agora em nova forma, reorganizadas e postas a serviço de outras pesquisas, e da constituição da história desses movimentos. O livro contém a memória destas datas, da formação destes coletivos, a partir da experiência das pessoas que o fizeram. Há aqui uma interação instigante entre história de vida e história dos coletivos; os indivíduos se constroem enquanto partícipes de um projeto coletivo que ajudam a construir, em um movimento de retroalimentação recíproca. As experiências de vida são díspares; os entrevistados recobrem algumas gerações, jovens, juveníssimos, velhos, militantes históricos, novos militantes. O livro reconstitui essa memória imaterial, materializada aqui sob a forma do registro das entrevistas, organizadas pelos nomes dos entrevistados, segundo tópicos e rubricas temáticas, dentro do conjunto das pesquisas individuais dos pesquisadores. As pesquisas evidentemente se comunicam, os entrevistados são algumas vezes os mesmos, mas os tópicos mudam, os temas retornam como os personagens. Ouve-

se aqui a voz dos entrevistados, nua e sem disfarces, a cozinha das pesquisas, das teses, dissertações e livros, agora entrevista, na forma oral, que os pesquisadores converteram em informação e dado. O seu valor imenso é, ao mesmo tempo, etnográfico, histórico, literário. A forma entrevista *remixed*.

Oswaldo de Camargo explica, por exemplo, que o objeto de sua literatura são as suas “experiências particulares como negro”. Ora, o que significa essa modulação particular da experiência, o que apenas uma pessoa negra experimenta? Há que meditar ainda sobre esses adjetivos de pertencimento coletivo (negro, marginal, periférico). Há algo de próprio nessa experiência, um valor intrínseco dessa propriedade, que a diferencia do conjunto de experiências comuns de um sujeito de classe média branca, por exemplo. Essa propriedade imaterial, que a experiência autoriza, que solidariza os sujeitos de um grupo, fazendo-os comunicarem entre si, expressa como voz individual.

Aqui se discute um acervo respeitável de questões: um exercício *definicional* sobre que tipo de forma literária está saindo destes coletivos; a oposição entre valor testemunhal, documental e qualidade textual, literária-estética; a essencialização ou não da experiência particular de um grupo; a construção de públicos fora da classe média para as produções literárias; a possibilidade da literatura sair de si mesma, e comunicar-se com outras áreas, como a educação (Allan da Rosa), abraçar o que lhe é exterior, e “mudar o estado de coisas atual” (Márcio Barbosa); há um mapa da produção cultural de movimentos sociais, um verdadeiro manual de como fazer, como se fez e como se faz, dos coletivos populares, não-hegemônicos, dessa verdadeira “oficina de cidadania” (Sérgio Vaz), essa fábrica de autoestima popular que são os saraus.

As vozes aqui compartilhadas, em seu registro literal, fragmentado, com sua música muito própria, destituídas de apóstrofes, não editadas por um editor cioso da norma culta, habitam uma cidade segregada, definida por espaços públicos também segregados, senão inexistentes. As falas aqui repertoriadas são implicitamente vinculadas a locais específicos, em bairros de periferia, cada uma com sua marca especial e espacial de diferença. Há aqui uma junção particularíssima entre voz coletiva subjetivada e território que cabe entender.

A cidade contemporânea habitada por estas vozes é uma cidade privatizada; o corolário dos territórios isolados são os bairros ricos simetricamente isolados por cordões sanitizados de segurança, guaritas, grades, vigias, de nossas grandes cidades. Ora, a essa cidade setORIZADA e imunizada corresponde a uma análoga privatização da cultura e da literatura. A existência mesma dessa vocalização territorializada constitui um limite explícito a esta outra vocalização territorial que se chama literatura brasileira, nosso bem comum maior. Enquanto a literatura marginal, negra, periférica constituir um conjunto externo à literatura brasileira ela não poderá ser a arte pública que tem como vocação ser. Só ela (ou elas), a literatura marginal, negra, periférica é rigorosamente pública, isto é, de todos, não um privilégio. A literatura brasileira precisa deixar de ser patrimonialista, como as nossas praças públicas, cercadas de grades, as nossas escolas particulares, as nossas creches privadas, os nossos hospitais exclusivos, as nossas ruas particulares. A rigor podemos dizer que enquanto existirem esses espaços segregados o conceito de “público” permanecerá rigorosamente sem referente, abstrato, teórico, no Brasil, embora nada disso seja um privilégio brasileiro. Enquanto houver periferias com serviços públicos precários ou inexistentes, enquanto existir a separação abissal entre periferias e bairros ricos, enquanto existirem conchaves *securizados*, e o direito de todos ser o privilégio de poucos, a palavra “público” permanecerá sem sentido no

Brasil. *Polifonias marginais* faz um diagnóstico desse mundo e mostra uma periferia habitável por vozes que fazem dela o seu lugar, constroem nela a sua felicidade, o seu bem viver, e sua alegria. Elas anunciam um mundo em que os moradores de periferias serão cidadãos com plenos direitos. Já que todos os direitos são programados pelo direito de voz, o direito que anuncia todos os outros.

Tome-se como emblema a história contada por Binho Padial: entre 1996 e 1997, mais ou menos na mesma época em que abriu o primeiro bar que abrigou o primeiro sarau, ele tirava as placas de políticos dos postes de ruas e punha no lugar poesia. A operação tem algo do reverso de uma eleição política; e o resultado não poderia ser mais político, uma eleição poética, contra a velha política dos candidatos. É o que descreve esse belo livro. E o mundo que desenha para nós vem inteiro prefigurado por estas vozes da cidadania.

*Belo Horizonte*  
*20 de Março de 2017*

### **Referência**

HAPKE, I; MEDEIROS, M.; PEÇANHA, É; TENNINA, L. (Org.). *Polifonias marginais*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015.

---

\* João Camillo Penna é Doutor em Literatura Comparada pela Universidade da Califórnia, Berkeley, e professor associado da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor, entre outros, de *Drummond: testemunho da experiência humana* (2011) e de *Escritos da sobrevivência* (2013).